

Brandão, Gildo Marçal. **Teoria Política a partir do Sul da América?** *En publicación: Filosofía Política Contemporánea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania.* Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Brandao.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

GILDO MARÇAL BRANDÃO*

TEORIA POLÍTICA A PARTIR DO
SUL DA AMÉRICA?***

O PANO DE FUNDO desta reflexão sobre alguns problemas da teoria política e social na e a partir da América do Sul é, evidentemente, a situação brasileira, não só porque é dela que tenho conhecimento direto, como porque são muito variáveis os graus de institucionalização acadêmica das ciências sociais em nossos países. Variação que provavelmente tem a ver com os impactos que os regimes militares tiveram nas comunidades universitárias e com o modo pelo qual elas praticaram estratégias de sobrevivência e crescimento –em algumas, o cenário pós-ditatorial foi de terra arrasada e sua eventual reconstrução se deu via instituições privadas, em outras, as ditaduras reprimiram a crítica e simultaneamente favoreceram a montagem de sistemas de pós-graduação. Em todos os casos, porém, a extensão da derrota ideológica da esquerda, o predomínio acachapante do liberalismo, a transformação dos Estados Unidos em modelo indisputado de boa vida e boa teoria, a perda de capacidade da universidade de deci-

* Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Coordenador científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento (NADD-USP).

**Versão menos desenvolvida deste artigo foi publicada com o nome de “Teoria Política e Institucionalização Acadêmica” em Quirino, Vouga e Brandão (2004).

dir autonomamente a sua agenda de pesquisa, e as políticas de fomento adotadas pelas fundações internacionais e pelas agências governamentais, têm levado a uma progressiva “americanização” das ciências sociais, num movimento que sofisticava tecnicamente o padrão da atividade científica e rompe com as melhores tradições sul-americanas de *global traders* intelectuais, por vezes restaurando um colonialismo mental que parecia abandonado desde os tempos do cepalismo.

De qualquer maneira, é sintomático que o interesse pela teoria (política, social) ressurgisse na América do Sul e no Brasil no momento em que a batalha pela institucionalização acadêmica das ciências sociais parece ter sido definitivamente vitoriosa, e que intervenções reveladoras de certo desconforto com alguns resultados dessa empreitada venham à luz quando as pressões das agências financiadoras de pesquisa e as disputas metodológicas internas às próprias disciplinas parecem forçar um novo passo no sentido da padronização unidimensional da atividade científica e do enquadramento disciplinar da formação do cientista social. É encorajador que ele ocorra a contrapelo, quando a profundidade da crise intelectual e a velocidade das transformações econômicas, sociais, tecnológicas e políticas contemporâneas explodiram os quadros apodrecidos de nosso pensamento, tanto em sua versão apocalíptica como na integrada.

Na experiência brasileira, a profissionalização das ciências sociais e os investimentos no sentido de construção da teoria caminharam em sentido oposto. Como lembrou Gabriel Cohn em intervenção em Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, as tentativas mais ambiciosas de produzir teoria, simultaneamente estimuladora da pesquisa empírica, atualizada frente aos desenvolvimentos da filosofia e da reflexão metodológica internacional, e solidamente amarrada à defesa da relevância dos projetos intelectuais para a vida pública, se esgotam no início dos anos '60 com a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes sobre a natureza e o papel da teoria social. Depois disso, ao longo do processo de institucionalização das disciplinas acadêmicas durante o período militar, a teoria vira um instrumento para ser acionado pontualmente, ao tempo em que há uma politização exacerbada da ciência social¹.

1 “O período de institucionalização acadêmica e profissional das ciências sociais no Brasil coincide com uma retração no esforço de construção de teoria. As tentativas mais ambiciosas nesse sentido realizadas no país esgotam-se no início dos anos 60 (talvez a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes nos anos 50, sobre a natureza e o papel da teoria social, seja decisiva para entender esse período). Nas últimas décadas, o regime militar e, em menor escala, o engajamento nas questões prementes da ‘transição’ inibiram uma atividade que tendia a apresentar-se como um ‘luxo’, a ser deixado para ou-

É nítida hoje a defasagem entre as ambições com as quais partimos, marcadas pela vontade de responder ao desafio *marx-weberiano* de produzir um conhecimento capaz de se enfrentar com os demônios do nosso tempo, e alguns resultados aos quais chegamos, quando se tenta impor a hegemonia de um partido acadêmico que retalha o conhecimento em autarquias, reifica o método ao tomá-lo com independência do objeto que se quer investigar e como substituto da teoria, e reduz a formação científica ao aprendizado e ao refinamento de procedimentos técnicos –ao tempo em que, *externa corporis*, professa uma fé desmedida na engenharia institucional que, entretanto, não dispensa a mediação dos políticos profissionais para ter inserção na vida pública.

Ao contrário da sociologia da vida intelectual que se erige a si própria em sociologia do conhecimento, não é possível explicar essa defasagem apenas pelas disputas políticas internas à atividade acadêmica ou supor que resulta essencialmente de escolhas racionais da elite dos cientistas envolvidos ou das estratégias micropolíticas das *coteries*. Ela também está ligada a efeitos perversos de nossa história política recente e à mudanças na própria estrutura e modos de ser da sociedade, o que por outro lado assegura a sua não-gratuidade. Evidentemente, não passa pela cabeça de ninguém abrir mão do que se conquistou durante esses 20, 30 anos, mas é preciso não minimizar a percepção de que alguma coisa perdemos nesse processo. Por isso mesmo, os resultados que comemoramos hoje, “diferentes em tudo da esperança”, relativizam o discurso autocongratatório no momento de seu triunfo.

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

Em se tratando da sociologia e da ciência política, esse desconforto tem RG e CPF e manifesta-se como retorno ao debate sobre a questão da teoria, antes recalcada pela apontada politização exacerbada da ciência social, mas também, e principalmente, pelos resultados da absorção acrítica da antiga “revolução behaviorista” e da moderna “institucionalista”, que juntas contribuíram para obliterar a reflexão metodológica sobre os pressupostos

tros em melhores condições. O problema, que vem de longe, é: quem são esses outros? É bem provável que as dificuldades para identificá-los e, mais ainda, para tornar aceitáveis nomes e tendências contemporâneas, tenha contribuído para a propensão do retorno direto aos clássicos (e sua contrapartida, os modismos locais e passageiros). Nas novas condições do trabalho científico em escala mundial, a questão sobre os outros e sobre nós mesmos certamente se redefine, e as questões de fundamentação teórica retornam em novos registros” (Cohn, 1997).

conceituais da atividade investigativa que se está fazendo, para fomentar o analfabetismo generalizado quanto aos problemas formais da exposição, e para encerrar a vocação nos limites da profissão. Desse ponto de vista, os termos usados por Sheldon S. Wolin para combater a *metodolatria*, e mesmo, à direita, os de Isaiah Berlin para criticar uma ciência política incapaz de educar o discernimento político, continuam plenamente atuais².

De qualquer maneira, quem nas ciências humanas fala em teoria está condenado a enfrentar os problemas da relação entre a ciência e a filosofia, de um lado, e da relação entre teoria e pesquisa empírica e historiográfica, de outro, posto que ambas constituem o campo nevrálgico da discussão. Elas não são, como se sabe, radicalmente separadas. De fato, a questão de método constitui a intersecção entre as duas, sobretudo se a entendermos mais no sentido kantiano de crítica ao conhecimento do que como algo limitado à utilização e ao aprendizado escolar de técnicas e procedimentos de pesquisa, de resto parte importante da discussão.

Por outro lado, e ao contrário das ciências naturais, que precisam esquecer seus fundadores, as ciências sociais não avançam senão refazendo o seu próprio caminho e, por isso mesmo, a questão dos clássicos lhe é constitutiva, está inscrita na sua estrutura e modo de ser³. No caso da ciência política essa vasta temática se vê sobrecarregada pela inescapável relação da disciplina com a sua própria tradição –com o fato de ela não ter como não se haver com a história (milênar!) da teoria política, com pensadores que apesar de não terem tido a “duvidosa felicidade” de serem nossos contemporâneos⁴, criaram categorias, estabeleceram padrões, flagraram dilemas e nos legaram reflexões sobre a experiência humana e as instituições políticas sem as quais não se vai a nenhum lugar⁵.

2 Ver Sheldon S. Wolin (1969) e Isaiah Berlin (1996). Na linhagem de Wolin, mas com olhos voltados para a circunstância brasileira, o agudo comentário de Renato Lessa (2001) em “Da arte de fazer as boas perguntas”. Para uma visão dos debates sobre a natureza da teoria política na academia norte-americana, ver John G. Gunnell (1993).

3 Entre a vasta literatura existente, ver Jeffrey C. Alexander (1999).

4 Referindo-se, no primeiro dos *Tres Estudios sobre Hegel*, à costureira estratégia de discriminar “o que está vivo e o que está morto” em um grande pensador, Adorno diz que ela “anuncia, por parte de quem possui a duvidosa felicidade de viver depois [...] a desavergonhada pretensão de assinalar soberanamente ao defunto o seu lugar e, deste modo, colocar-se em certo sentido, acima dele; na abominável pergunta sobre o que (o seu pensamento) significa para o presente [...] ressoa semelhante presunção. Não se põe, em contrapartida, a pergunta inversa, o que significa o (nosso) presente diante (desse grande pensamento)” (1969: 15).

5 Keynes sabia que por trás de cada economista vivo há sempre um grande pensador morto; os antropólogos mais do que os sociólogos, que sempre somos obrigados a voltar aos clássicos. Já os cientistas políticos, cuja ciência é a mais tributária deles, aparentemente desejaríamos ignorá-los.

Essa relação com a tradição torna-se dramática numa ciência política jovem como a nossa, na medida em que a apropriação dos clássicos e a capacidade de interpelar, a partir da nossa circunstância, os grandes textos fundadores, são critérios seguros para aferir a maturidade intelectual de um país. Como diz Luiz Werneck Vianna (1997: ix):

Pode-se aferir o nível de maturidade da reflexão intelectual de um país, particularmente os de capitalismo retardatário, por sua aptidão em se apropriar da tradição clássica de um determinado ramo do saber. O que é ainda mais expressivo quando sua cultura nacional não se limita a traduzir os clássicos, mas se empenha na reconstituição de sua trajetória, na inquirição de suas motivações e procura, por esforço próprio, avaliar o significado de suas contribuições. Nessa apropriação, como inevitável, a tradição clássica, por maior que seja o rigor de seu intérprete, tem o seu inventário de idéias posto sob nova luz: indagados por uma cultura distante da sua, e que os evoca a fim de estabelecer alicerces intelectuais próprios, cada autor clássico como que nasce outra vez, podendo até experimentar desenvolvimentos ignorados em seu contexto de origem.

Há, evidentemente, quem se recuse a entendê-lo, como esse analfabetismo ilustrado que se liga exclusivamente em tabelas e números e se enfada com a enésima leitura de Maquiavel, Hobbes ou Rousseau, sem ao menos advertir que não há exemplo de ciência política no mundo que as tenha dispensado, que mal estamos começando a fazer a terceira ou quarta, e que algumas das que vêm sendo produzidas não são de maneira nenhuma variações sobre o mesmo tema, mas interpretações de padrão internacional e, convenhamos, bastante inovadoras. E é claro que sempre há aqueles para quem “a teoria é para os outros” e que nos aconselham sempre se limitar à pesquisa empírica, que já nos dá trabalho suficiente e, bem feita, nos assegura cidadania acadêmica internacional. Atitude que se casa com um ponto de vista generalizado no e do próprio centro, para o qual “nós fazemos a teoria, vocês devem falar de seus países”. Mas o fato de um Machado de Assis apenas começar a ser internacionalmente reconhecido no mesmo pé de igualdade de um Dostoiévski ou um Henry James –para citar exemplo do campo mais institucionalizado da literatura–, ou de termos de agüentar o auto-elogio de um Anthony Giddens por seu papel na fixação da tríade de clássicos da

sociologia⁶ quando um Florestan Fernandes já a havia delineado –e melhor!– vinte anos antes, tem pouco a ver com critérios científicos ou literários, mas tudo com realidades sociais, econômicas, geográficas e políticas. Nesse sentido, se não quisermos nos condenar a comparecer ao mercado internacional de idéias apenas como produtores de matéria-prima tropical para consumo e industrialização pelos intelectuais dos países centrais, a produção de teoria de primeira qualidade e a realização de leituras inovadoras dos grandes pensadores políticos, parecem ser um desafio institucional inelutável⁷.

CONTRA A METODOLATRIA

Longe de mim a pretensão de cobrir todos esses temas. O que pretendo fazer aqui é circunscrito: preocupado com a construção de meu objeto, esboçarei alguns argumentos sobre o que parece constituir princípios fundantes da ciência social e política institucionalizada: a compartimentalização do saber, a ruptura entre o normativo e o empírico, a separação entre a explicação científica e a explicação histórica, e o antagonismo entre teoria política e história das idéias. Na tentativa de relativizá-los, proporei a constituição ou a consolidação da teoria política como uma área de pesquisa interdisciplinar, autônoma intelectualmente, capaz de servir à educação política de homens socialmente empenhados e de contribuir para a internacionalização ativa e não passiva da ciência social que se faz na América do Sul e no Brasil.

Meu argumento parte da tese de que, se a teoria não é apenas uma hipótese de trabalho que se mostra útil para o funcionamento do sistema dominante, mas sim, como quer Horkheimer (1975), um momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça às necessidades e forças humanas, então o projeto de construir teoria não é possível sem relativizar princípios básicos que tem norteado boa parte de nossa atividade acadêmica.

6 Na introdução de *Política, Sociologia e Teoria Social*. A primeira edição de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, por exemplo, é de 1959, e os ensaios que a compõe foram redigidos entre 1953 e 1957.

7 O que poderia ser complementado por uma política cultural diplomática mais agressiva, que além de multiplicar a criação de centros de estudos brasileiros no exterior, promovesse a tradução das obras significativas e incentivasse a publicação de artigos em revistas não restritas à temática “étnica” (digamos assim, usando o deplorável jargão multiculturalista com o qual se costuma designar os mestiços e metecos que habitamos a vasta periferia do Império).

De fato, as ciências sociais contemporâneas têm caminhado noutra direção⁸. Elas têm trabalhado com o pressuposto de que o real é não só analítica, mas ontologicamente divisível e passível de ser decomposto em seus elementos, cada pedaço ou parte tendo em si mesmo, em seu desenvolvimento supostamente imanente, o segredo de sua existência. A ciência política em especial, ainda quando admite tacitamente a pertinência de outras variáveis, tem se desenvolvido postulando que a dinâmica do conflito político e institucional guarda relações essencialmente externas e formais com processos que se dão “fora” dela, não sendo possível a reconstituição da totalidade, nem relevante a exploração da reciprocidade das determinações em jogo. Em conseqüência, tem operado em dois registros distintos, mas complementares: tem condenado ao ostracismo as análises das estruturas sociais (privilegiando a ação coletiva de determinados atores em conjunturas dadas) e abandonado o campo da longa duração aos historiadores –situação prontamente acolhida por estes, que alegre e sobranceiramente apontam à política o seu lugar⁹; e tem, junto com a sociologia, deixado de lado a pretensão de formular teorias globais da mudança social em benefício de teorias regionais e de alcance relativo, capazes de abarcar, como diria Marx, uma diversidade de casos empíricos sob um princípio geral. Pela mão dos analíticos, essa orientação penetrou inclusive num terreno a ela tradicionalmente refratário, a julgar pelo que diz Jon Elster (1989), para quem o marxismo precisa do desenvolvimento do que Robert K. Merton chamava de “teorias de alcance médio”.

A julgar pelos seus resultados e sem cair no obscurantismo, não há como negar o extraordinário avanço propiciado por tal perspectiva,

8 Retomo, nesse ponto, meu artigo “Totalidade e determinação econômica”, em Brandão (1977).

9 Como em Fernand Braudel (1986). Arriscando-me a cometer injustiça, diria que embora os pais fundadores não possam ser responsabilizados por isso, a Escola dos *Annales* acabou consolidando senso comum para o qual tudo se passa como se houvesse uma divisão social do trabalho na qual historiadores se ocupariam da “longa duração”, sociólogos da “média”, enquanto ficaria reservado para os politólogos e jornalistas o “événementiel”, o conjuntural, a superfície das coisas. É alvissareiro, entretanto, que ela tenha acabado por promover o retorno da “história política”, sem abrir mão dos resultados da crítica à história tradicional centrada nas grandes personalidades, que havia ajudado a demolir. Para uma leitura pragmática dessa briga de parentes, Peter Burke (2002). Vale notar também que na medida em que acentuam o horror à generalização e abandonam o projeto de integrar história e teoria, os (parte dos) historiadores se tornam péssimos aliados na luta contra uma ciência social (política) que gostaria de se desinfetar da história, seja como reconhecimento da historicidade dos fatos, seja como forma de abordagem da realidade. Sobre a relação entre essas disciplinas, nenhuma intervenção recente foi tão brilhante como o comentário de Fernando A. Novais ao texto de Leopoldo Waizbord (2002).

que favoreceu a apreensão de uma série de fenômenos e ajudou a refinar nosso entendimento de processos setoriais. E seguramente, o desafio do institucionalismo e a crítica ao paradigma outrora dominante segundo o qual processos e variáveis políticas não passam de subprodutos de tendências macrossociais e macroeconômicas representaram, pelo menos do ponto de vista acadêmico, uma verdadeira carta de alforria da análise propriamente política, por outro lado potencializada pelas notáveis transformações da sociedade contemporânea e pelo andamento das transições democráticas, que lhes conferiram legitimidade. Não há, entretanto, como não perceber que essa reação acabou por cair no extremo oposto, reduzindo a política ao meramente institucional e tratando-a como se ela se explicasse por si mesma – operação oposta, mas de fato complementar à disseminação da percepção pós-moderna de que “tudo é política” ou de que esta, onipresente, não tem centro nem sujeito, posto que todos o são. Em ambas as situações, acabou também por reforçar a notável ojeriza que, sob o impacto da crise das grandes teorias e da derrota do marxismo, uma ciência “societária” como a sociologia e outra “estatista” como a economia, desenvolveram aos problemas duros do poder, da dominação e da exploração.

Mas se for verdade que a política e a ciência que lhe corresponde são, não uma parte destacável do real, mas o estudo do complexo de atividades práticas e teóricas pelas quais os que governam não só justificam e mantêm o seu domínio, como logram obter o consentimento ativo dos governados – ou, em termos weberianos, o estudo do complexo de ações, idéias e instituições por meio das quais indivíduos e grupos demonstram sua *vocação à dominação* – então não basta esquartejar o objeto entre uma “ciência política”, uma “economia”, e outra “sociologia”, especialmente se temos que nos defrontar com grandes mutações sociais, como as transformações morfológicas contemporâneas¹⁰. Nem basta, por outro lado, refugiar-se em formulações normativas em tudo aquilo que não se consegue fundamentar em termos materialistas.

Nesse sentido, chega a ser constrangedor o esforço que se faz, especialmente na ciência política, para tentar esquecer que a fonte mais

10 Em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas considera que dentre as ciências sociais, apenas a sociologia manteve sua capacidade de interpelar a sociedade em seu conjunto, recusando sua redução a uma ciência especializada e assumindo os problemas que a ciência política e a economia foram deixando de lado na medida em que se converteram em disciplinas estritas (1981). Mas mesmo Habermas relê a sociologia encaminhando-a para uma direção normativa que não honra a tradição.

comum e duradoura dos conflitos e dos processos políticos continua a ser aquilo que Madison chamou de “distribuição variada e desigual da propriedade”, e que a exploração dessas formas institucionais de “dependência do político frente ao econômico tem sido o objeto, não o programa”, de qualquer teoria crítica digna de seu nome (Hamilton et al., 1988; Horkheimer, 1975). Por isso mesmo, não estamos condenados a tomar os processos políticos como variáveis independentes e não há como não denunciar o caráter ideológico dessa operação, pois a dificuldade analítica verdadeira consiste não no isolamento, mas na reconstrução dos elos essenciais da cadeia e do modo como interagem ou se pode atuar sobre eles: os *linkages* através dos quais ações, instituições, idéias e processos se determinam reciprocamente. Nessa medida, não só o apelo à explicação histórica se torna inevitável –ela que a *political science* descartara tanto ao separar intelectualmente o exame dos valores e das instituições da análise dos processos, como por acreditar que a história dos homens havia alcançado a sua plenitude–, como a “autonomia da política” deixa de ser pensada como autarquia para ser tomada como momento superior do conjunto das relações sociais.

O objeto, em outras palavras, determina o método com o qual se vai abordá-lo. Entendida dessa forma, a ciência política

[...] não dispõe de liberdade para eleger e construir seus conceitos, dado que os compreende como dependentes do processo histórico-social em seu conjunto, e estruturados por ele. Esta ciência histórica da sociedade não se alça isolada frente a seu objeto, ao contrário, se considera inserida na sociedade enquanto totalidade histórica. Em consequência, está condicionada pelos interesses sociais que nela atuam, do mesmo modo como o interesse do cientista por seu objeto exerce uma influência sobre a sociedade (Kammler 1971: 15).

Evidentemente, as diferenças entre as disciplinas científicas continuam de pé, vez que não são exclusivamente analíticas –as mudanças nas formas de pensar refletem modificações profundas no próprio ser social, nas formas de sua reificação. Como mostraram Weber e Habermas, uma das características básicas do mundo moderno é precisamente a crescente autonomização das diferentes esferas da vida. Mas se não é possível eliminar a especialização por ato de vontade, não é também válido supor que qualquer disciplina, ou qualquer campo interno a uma disciplina, que tenha obtido cidadania acadêmica corresponda necessariamente a mudanças e a individualizações no ser social. Ainda

que recusemos o caráter absolutista e a carência de mediações da crítica lukácsiana à separação disciplinar das ciências sociais e destas com relação à economia política, isso continua não sendo verdadeiro, respondendo antes a interesses desmedidos das burocracias profissionais e apenas tangencialmente às necessidades da divisão social do trabalho intelectual. Não se trata, portanto, de ignorar essa divisão, mas de relativizá-la, de transcendê-la, horizonte pluridimensional que longe de ser utópico é atualizado permanentemente pela exigência, própria do movimento do objeto, de implosão das fronteiras disciplinares.

EM MEIO AO “ESTERCO DAS CONTRADIÇÕES”

Posta a questão dessa maneira, o ponto decisivo a considerar é que a produção de um conhecimento capaz não apenas de classificar os fatos, identificar regularidades, generalizar proposições e enquadrá-las em sistemas conceituais, mas também de apreender as tendências imanentes ao desenvolvimento da sociedade global, e que, além disso, tenha inscrito em sua estrutura analítica o interesse pela organização racional da atividade humana, também exige e necessita tanto da integração entre teoria política e história das idéias como do diálogo e mesmo da aliança entre a ciência social e a filosofia.

No primeiro caso, porque no plano estritamente intelectual não é indiferente para o modo de ser e os usos da ciência e da teoria política que ela recepcione ou negue a tradição. Evidentemente, a crítica dos anacronismos das histórias filosóficas do pensamento político é de rigor, mas a presunção de que os interesses teóricos contemporâneos nada têm a ver com a pesquisa sobre os textos históricos supõe, na verdade, a existência de ruptura epistemológica e ontológica entre o passado e o presente, ou, se se quiser, entre a modernidade e o período clássico, ou entre a modernidade e a pós-modernidade. Ora, esta não é uma questão que se resolva no plano do debate metodológico (e alguma é?), mas *in media res* – implica uma hipótese sobre a natureza dos processos sociais contemporâneos.

Isso de forma alguma nega a poderosa e inovadora contribuição da chamada Escola de Cambridge para a renovação da história do pensamento político e para tornar a disciplina aceitável aos olhos do *mainstream* da ciência política. Apesar disso, e se o comentário tem sentido, caberia indagar se ela não chega, por vias transversas, aos mesmos resultados da antiga “revolução behaviorista” ou, mais genericamente, dos adversários da compreensão histórica da teoria e da relevância da teoria para os estudos históricos. De fato, de Easton à *rational choice*, a político-

logia *hard* jamais deixou de reconhecer a necessidade da teoria política, apenas recusou seu casamento com a história em geral e com a das idéias políticas em particular, defendeu a adoção de uma teoria liberta do peso da tradição, separou o normativo do empírico e reduziu-a a instrumento encarregado de controlar a estrutura valorativa dentro da qual a ciência empírica trabalharia –concentrada na acumulação de dados observáveis, na formulação de hipóteses e teorias de alcance médio que pudessem ser falseadas, e na interpretação desses resultados, evitando assim a contaminação entre juízo de fato e juízo de valor¹¹. Ora, esta quer uma teoria política a-histórica, aquela uma história a-teórica: podem conviver muito bem entre si.

Por outro lado, não desconheço que com a crise das grandes teorias, com o recuo para as explicações *ad hoc* para a mudança social e com a ênfase compensatória no normativo, as ciências sociais foram invadidas por uma tendência filosofante que recuperou o pior do “ensaísmo” –sua falta de rigor, sua arbitrariedade formal e pouca ou nenhuma preocupação com a investigação empírica– e forneceu, *malgré lui même*, aparência de verdade à pretensão dos novos positivistas, que julgam que pesquisa é o que eles fazem e todo o resto é arcaísmo e perda de tempo. Mas do fato de que a perda de referenciais tenha levado sociólogos e teóricos políticos a produzirem subfilosofia não se segue nem a ilegitimidade do ensaio como forma de exposição nem que a necessidade daquela relação deva ser desconsiderada. E isso não apenas porque é impossível eliminar a interpretação em qualquer ciência social, que não se esgota na explicação, mas também porque a filosofia não pode ser tomada apenas como uma ideologia pré-científica, e sim como uma inescapável forma de reflexão que tanto tem formulado verdades fundamentais a respeito da natureza humana e das relações dos homens entre si e com o mundo, como tem por vezes demonstrado maior consciência do que a ciência social convencional de que, no terreno das coisas humanas, o modo de dizer é tão importante quanto o que se diz, o percurso pesa tanto ou mais do que o resultado.

Se tal aliança é tão difícil de formular como de realizar é porque ambos os lados têm precária consciência de sua mútua dependência. De fato, os filósofos em sua maioria pensam a política como uma região circunscrita e subalterna do saber, e a atividade política como a apli-

11 Para tal concepção da história das teorias políticas, ver J. G. A. Pocock (2003). De David Easton, entre outros textos, ver “The New Revolution in Political Science” (1969).

cação prática de uma filosofia ou de uma ética, não como uma forma de ver e de lidar com o mundo consistente e subsistente por si mesma. “Instituintes”, pretendem formular os princípios fundantes de qualquer ação e apenas tomam o mundo pelas abstrações que fazem dele. Não por acaso, são quase todos uma tragédia quando se metem a fazer e a falar de política. Já os cientistas políticos costumam ser engenheiros institucionais e essa característica, expressa na predominância seja dos institucionalismos, seja das teorias da escolha racional, acabou produzindo uma massa enorme de estudos sobre governo, elites, administração, partidos, relações entre poderes e eleições, que ignoram a história, põem entre parênteses a influência da sociedade e dos grupos sociais sobre as instituições, e falam de todo o resto, menos do lado demoníaco do poder –da dominação. De perspectiva distinta, mas chegando aos mesmos resultados, boa parte do que se convencionou chamar de Teoria Política há muito deixou de se preocupar com a análise dos processos reais e das forças reais que podem levar à transformação ou à conservação do estado de coisas, em benefício de reflexões abstratas sobre o “bom governo”, sobre os princípios pelos quais se pode chamar uma sociedade de justa, ou sobre os valores e imperativos que deveriam pautar a conduta racional dos indivíduos –tomados sempre com independência da natureza efetiva das relações sociais em que a estes é dado viver.

Para o meu argumento, entretanto, não é imperativo admitir que as ciências sociais precisam ser filosóficas para serem científicas¹² –é suficiente considerar que sem a aliança entre elas não há possibilidade de assumir como projeto a construção de boa teoria¹³. No caso que nos interessa, a teoria política é esta zona onde tal cooperação é possível e apenas neste âmbito ela pode ser construída. Podemos chamar este modo de concebê-la de “teoria crítica” ou de “tradição épica” da teoria política. Pouco importa, o que interessa é que neste sentido, ela é menos uma subdisciplina de uma ciência política ou social estrita do que um projeto intelectual voltado para integrar teoria e história, um modo de interperlar –usemos o palavrão– a totalidade, o movimento da sociedade em seu conjunto¹⁴.

12 O marxismo ocidental (hegeliano) foi sempre enfático na defesa dessa tese, melhor formulada por Lucien Goldmann, mas, salvo engano, ela é compartilhada por quase todas as tendências humanistas que se opõem ao cientificismo dominante.

13 De diferentes perspectivas, Renato Janine Ribeiro, Luiz Eduardo Soares e Renato Lesa (1998) também exploram a necessidade dessa aliança em suas intervenções na mesa redonda “Por que rir da Filosofia Política?”.

14 Como em Sheldon S. Wolin (1960; 1970).

Não pretendo terminar com nenhuma nota utópica. Sei bem uma concepção unitária e realista do mundo –que está subjacente, afinal, ao modo de pensar a sociedade e a política aqui sugerido– já não conta sequer com aquela garantia metodológica que um dia se considerou própria da dialética como método de análise enfim adequado às estruturas do capitalismo, como pensamento que, fora de moda nas ciências naturais, encontrava nas ciências humanas o seu ambiente natural, como teoria cujos conceitos e estrutura categorial reproduziriam flexivelmente o andamento da própria realidade. Dilapidada a sobrevida que havia adquirido uma vez passado o momento de sua realização, perdida a carga de universalidade que um dia ambicionou, ela parece (definitivamente?) reduzida a mero ponto de vista, pesado e anacrônico, tanto mais que a própria evolução do capitalismo, a derrota política e o irremediável esgotamento do que se pretendia transformação do mundo, parecem tornar obsoletas a constelação histórica e a ambição teórica que lhes permitiram nascer¹⁵.

Mas o desafio ao qual tentava responder não continua, apesar de tudo, de pé? Em que lugar encontrar-se-ia outra orientação com coragem de pensar impiedosamente, inclusive contra si própria, em meio ao “esterco das contradições”? Em seus melhores dias, essa perspectiva constituía, como já se disse, “um precioso recurso contra a redução positivista do fato humano à coisa ou ao comportamento fragmentado” (Giannotti, 1966: 7). Por mais fora da moda que esteja, ela conserva sobre a ciência (política, social) convencional a vantagem, filha do ceticismo, de jamais esquecer que o que os atores dizem não corresponde simplesmente ao que fazem, que as escolhas dos agentes não se dão no limbo e não resumem o sentido global do processo, que os indivíduos e as instituições só podem ser explicados historicamente, e, principalmente, que tudo que existe merece perecer. Tudo isso condicionado pela distinta maneira de abordar o dado. Como disse Lucien Goldmann em um de seus últimos escritos:

O grande valor da dialética é precisamente o de não julgar moralmente e não dizer apenas: queremos a democracia, é necessário introduzi-la, queremos a revolução, é necessário fazê-la –mas perguntar-se quais as forças reais de transformação, qual

15 Na perspectiva da história das idéias, talvez os principais marcos dessa evolução sejam *História e Consciência de Classe* (1922), *Crítica à Razão Dialética* (1960), e *Dialética Negativa* (1966).

a maneira de achar na realidade, no objeto, na sociedade, o sujeito da transformação, para tentar falar na sua perspectiva e assegurar, sabendo perfeitamente quais são os riscos do malogro, o caminho para... (1972: 117).

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Theodor W. 1969 “Aspectos” em *Tres Estudios sobre Hegel* (Madrid: Taurus).
- Alexander, Jeffrey C. 1999 “A importância dos clássicos” em Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (orgs.) *Teoria Social Hoje* (São Paulo: UNESP).
- Berlin, Isaiah 1996 *The Sense of Reality: Studies in ideas and their history* (London: Farret Streus & Giroux).
- Brandão, Gildo Marçal 1977 “Totalidade e determinação econômica” em *Temas de Ciências Humanas* (São Paulo: Grijalbo) Nº 1.
- Brandão, Gildo Marçal 2004 “Teoria Política e Institucionalização Acadêmica” em Quirino, Célia Galvão; Vouga, Cláudio e Brandão, Gildo Marçal (orgs.) *Clássicos do Pensamento Político* (São Paulo: EDUSP).
- Braudel, Fernand 1986 *História e Ciências Sociais* (Lisboa: Editorial Presença).
- Burke, Peter 2002 *História e Teoria Social* (São Paulo: UNESP).
- Cohn, Gabriel 1997 “Teoria é para os outros” em *Programas e Resumos do XX Encontro Anual da ANPOCS* (Caxambu, MG) outubro.
- Easton, David 1969 “The New Revolution in Political Science” in *American Political Science Review*, Vol. LXII, Nº 3.
- Elster, John 1989 *Marx Hoje* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Giannotti, José Arthur 1966 “Prefácio” em *Origens da Dialética do Trabalho* (São Paulo: Difel).
- Goldmann, Lucien 1966 *Ciências Humanas e Filosofia* (São Paulo: Difusão Européia do Livro).
- Goldmann, Lucien 1972 *A Criação Cultural na Sociedade Moderna* (São Paulo: Difel).
- Gunnell, John G. 1993 *The Descent of Political Theory. The genealogy of an American vocation* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Habermas, Jürgen 1981 *Theory of Communicative Action* (Boston: Beacon Press) Vol. I Reason and the rationalization of society.
- Hamilton, Alexander; Madison, James and Jay, John 1988 *The Federalist Papers* (New York: Bantam Books).
- Horkheimer, Max 1975 “Postscript” à “Traditional and Critical Theory” em *Critical Theory. Selected Essays* (New York: The Continuum Publishing Corporation).

- Janine Ribeiro, Renato; Soares, Luiz Eduardo e Lessa, Renato 1998 “Por que rir da Filosofia Política?” em Lessa, Renato (org.) *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo: ANPOCS) N° 36, fevereiro.
- Kammler, Jorg 1971 “Objeto y método de la ciencia política” em Abendroth, Wolfgang y Lenk, Kurt (orgs.) *Introducción a la Ciencia Política* (Barcelona: Anagrama).
- Lessa, Renato 2001 “Da arte de fazer as boas perguntas” em *Lua Nova* (São Paulo: CEDEC) N° 54.
- Pocock, J. G. A. 2003 “O estado da arte” em Miceli, Sérgio (org.) *Linguagens do Ideário Político* (São Paulo: EDUSP).
- Quirino, Célia Galvão; Vouga, Cláudio e Brandão, Gildo Marçal (orgs.) 2004 *Clássicos do Pensamento Político* (São Paulo: EDUSP).
- Vianna, Luiz Werneck 1997 “Prefácio” em Jasmin, Marcelo *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política* (Rio de Janeiro: Access Editora).
- Waizbort, Leopoldo 2002 “Influências e invenção na sociologia brasileira (Desiguais, porém combinados)” em Miceli, Sérgio (org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira, 1970-2002* (São Paulo: Editora Sumaré/ ANPOCS) Vol. IV.
- Whitehead, Alfred North 1967 *Science and the Modern World* (New York: MacMillan).
- Wolin, Sheldon S. 1960 *Politics and Vision. Continuity and innovation in Western political thought* (Boston: Little, Brown and Company).
- Wolin, Sheldon S. 1969 “Political Theory as a Vocation” in *American Political Science Review*, Vol. LXIII, N° 4, December.
- Wolin, Sheldon S. 1970 *Hobbes and the Epic Tradition of Political Theory* (Los Angeles: Williams Andrews Clark Memorial Library).